

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO

RAFAEL SANTOS CAMPOS
THAYNARA CAROLINO FERREIRA

**PODCAST “CADÊ O MEU LUGAR?:
a chegada da Zona da Mata Mineração em Teixeira, Minas Gerais”**

Produto Jornalístico

Mariana

2021

RAFAEL SANTOS CAMPOS
THAYNARA CAROLINO FERREIRA

**PODCAST “CADÊ O MEU LUGAR?:
a chegada da Zona da Mata Mineração em Teixeira, Minas Gerais”**

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.^a Dra. Adriana Bravin

Mariana
2021

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C198p Campos, Rafael Santos .
Podcast "Cadê o meu lugar?: a chegada da Zona da Mata Mineração em Teixeira, Minas Gerais.". [manuscrito] / Rafael Santos Campos. Thaynara Carolino Ferreira. - 2021.
54 f.: il.: color., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Bravin.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Conflito social. 2. Comunidades. 3. Crimes contra o meio ambiente. 4. Indústria mineral . 5. Jornalismo - Aspectos sociais . 6. Mídia social. 7. Teixeira (MG). I. Ferreira, Thaynara Carolino. II. Bravin, Adriana . III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 504



FOLHA DE APROVAÇÃO

Rafael Santos Campos
Thaynara Carolino Ferreira

PODCAST “CADÊ O MEU LUGAR?:
a chegada da Zona da Mata Mineração em Teixeira, Minas Gerais”

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 23 de agosto de 2021

Membros da banca

Profa. Dra. Adriana Bravin - Orientador(a) (Universidade Federal de Ouro Preto)
Thiago Caldeira da Silva (Universidade Federal de Ouro Preto)
Maurício Ângelo (Observatório da Mineração)

Adriana Bravin, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em
01/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Bravin, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 01/09/2021, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0215770** e o código CRC **B3805910**.

AGRADECIMENTOS

Às nossas famílias que nos auxiliaram e nos deram todo o suporte nessa caminhada que perdurou por quase dois anos. Em especial, ao senhor Ivanildo do Carmo, que faleceu antes de ver a finalização deste trabalho. A rede de apoio de vocês fez toda a diferença nesse contexto conturbado de pandemia que vivemos.

Aos amigos que participaram da nossa jornada acadêmica. Vocês sabem do nosso esforço desde 2017 em concluir o nosso bacharelado em Jornalismo, sobretudo em um governo que não prioriza a educação da população brasileira. A nossa diferença está contida em cada página deste memorial.

Aos professores que contribuíram para a nossa formação, valorizando o saber da comunicação. Especialmente a nossa orientadora, Adriana Bravin, por nos conduzir sempre em frente mesmo diante de todas as adversidades. O nosso muito obrigado.

A todos que colaboraram para a realização do produto, a comunidade São Pedro, o Movimento Pela Soberania Popular na Mineração e os demais participantes. O resultado final deste trabalho é a soma da contribuição de cada um de vocês. Somos apenas o meio de amplificar a situação vivida.

"Estudar não é gasto, é investimento. Aliás, é o melhor, o mais barato e o mais duradouro investimento. Quando você forma alguém, é para sempre. O Brasil vai poder deixar de ser apenas exportador de minério de ferro, de soja e vai virar exportador de conhecimento."

Luiz Inácio Lula da Silva

RESUMO

Este trabalho pretende abordar a instalação da Zona da Mata Mineração na comunidade São Pedro, em Teixeira, Minas Gerais, ouvindo duas moradoras, um ex-coordenador paroquial e um membro do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração, que explicam como o conflito entre as partes ocorreu. Para atingir o objetivo, escolheu-se um produto em formato *podcast*, que favorece o compartilhamento e a divulgação para que alcance mais ouvintes.

Palavras-chave: Podcast; Mineração; Teixeira; conflitos socioambientais; comunidade.

LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 – Processos minerários da ZMM em 2019	19
FIGURA 2 – O início da mineração na comunidade	22
FIGURA 3 – Após um ano de mineração	23
FIGURA 4 - A mineração em 2020	24

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Os formatos mais reproduzidos de podcasts em 2019	31
---	----

LISTA DE SIGLAS

OMS	Organização Mundial da Saúde
ZMM	Zona da Mata Mineração S.A.
MAM	Movimento Pela Soberania Popular na Mineração
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
ANM	Agência Nacional de Mineração
SUPRAM-M	Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
CODEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
IRIN	Integrated Regional Information Networks
ABPod	Associação Brasileira de Podcasts

Sumário

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Conflitos socioambientais	12
1.1.2 Características do Conflito.....	18
1.2 Uma abordagem jornalística.....	24
1.2.1 Podcast.....	30
1.2.2 Formato.....	33
2 ROTEIRO DO TRABALHO.....	34
2.1 Cadê o meu lugar?.....	34
2.2 Pauta estendida.....	35
2.3 Relatório de produção.....	38
2.4 Roteiro.....	39
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
4. REFERÊNCIAS	53

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca retratar a realidade social da região de Teixeira, localizada na Zona da Mata mineira, após a instalação da atividade minerária. Abordar sobre mineração em um contexto de forte presença dessa atividade industrial no Estado de Minas Gerais exige falar também sobre os seus impactos não somente para a população que convive diariamente com as atividades, como também para aquelas que serão afetadas com a atuação contínua das mineradoras localizadas próximas a essas comunidades.

Queríamos saber quais foram as principais mudanças na vida dos residentes da comunidade a partir do estabelecimento da atividade minerária, em 2019, até o ano de 2020, inicialmente previsto para a conclusão deste TCC. O produto tem como objetivo abordar o conflito socioambiental entre a mineradora e a comunidade de São Pedro, em Teixeira, quais as consequências dele para a população local, e oferecer um espaço, ainda não disponibilizado por outros meios e espaços de comunicação, para que o elo mais frágil desta disputa pudesse contar suas experiências.

Inicialmente, pensamos em construir uma reportagem multimídia, contemplando o audiovisual, fotografias e o textual. Entretanto, ainda durante nosso processo de produção de pautas e contato com fontes, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, emergência mundial em virtude da pandemia do novo coronavírus, que modificou por completo a dinâmica de toda a vida social do planeta e, inclusive, exigiu adaptações e reformulação completa da proposta do nosso trabalho. Optamos por manter a temática e os conceitos que serão abordados nos tópicos seguintes, alterando apenas o formato do produto, produzindo um *podcast*. Até mesmo com as novas modificações tivemos dificuldades em fazer contato com as fontes anteriormente estabelecidas. Algumas não puderam nos responder por conta da nova rotina ou pela contaminação da Covid-19.

Para a elaboração do produto, pensar sobre a temática a partir de pontos de vista diversos foi essencial. O fundamental foi compreender o conflito existente entre a Zona da Mata Mineração (ZMM) e a comunidade de São Pedro, em Teixeira. Para isto, abordou-se autores que discutem as questões que envolvem a mineração e seus impactos. No item 1.1, abordamos sobre conflitos socioambientais e, para compreender a dinâmica da relação

conflituosa entre mineradora e comunidade, apresentamos a classificação conceitual elaborada por Andréa Zhouri e Klemens Laschefski (2010).

Ainda nesse primeiro momento, recorreremos a Henri Acserald (2005) para entender e apresentar a noção de justiça ambiental e mais algumas características dos conflitos socioambientais no Brasil. Ademais, elencamos, a partir de Bruno Milanez (2017), as características e os impactos das atividades minerárias de modo geral. Por fim, acionamos os conceitos de ideologia do progresso e ideologia do desenvolvimento de Celso Furtado (1978), Rogata Gaudio (2015) e Eliano Freitas (2015), com o propósito de compreender a dinâmica e o pano de fundo das ações e interesses que sustentam atividades capitais como a mineração.

No tópico seguinte, 1.1.2, trazemos toda a trajetória da empresa ZMM, desde a pesquisa minerária e sua criação até o direito de exploração concedido a ela. Por meio do dossiê produzido pelo Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), em 2020, tivemos acesso aos documentos apontando o processo ilegal de instalação em termos jurídicos. Abordamos também reportagens produzidas pelo jornal Brasil de Fato sobre os impactos iniciais na vida da população teixeirense.

Posteriormente, compreendida a dinâmica da atividade minerária e o entendimento das características do conflito provocado pela ZMM na região de Teixeira, passamos a refletir sobre como abordar o tema e contar a história na perspectiva das pessoas atingidas pelos impactos da mineração. Para tanto, recorreremos ao conceito do jornalismo humanitário, desenvolvido por Cilene Victor (2019) e as reflexões sobre comunicação e sustentabilidade, apresentadas por Wilson Bueno (2012).

Sobre a conceituação do *podcast*, utilizamos as referências de Bonixe (2020), quanto a presença do formato no meio digital e a sua configuração. Conceituamos sobre a narrativa que o *storytelling* procura trazer, a partir da perspectiva de Viana (2020), com a produção de um jornalismo literário e humanizado, saindo do convencional. Para a escolha do formato, utilizamos como base dois *podcast*: “Cava: mineração em debate”, da Rede de Pesquisa Rio Doce, e o “Vozes”, da rádio CBN. A partir das duas referências, chegamos ao conceito final do *podcast* “*Cadê o meu lugar: a chegada da Zona da Mata Mineração em Teixeira, Minas Gerais*”.

1.1. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

O entendimento conceitual de conflitos socioambientais passa pelas formas de uso e significação do território por parte dos diferentes grupos sociais e agentes que o ocupam e nele disputam interesses (ACSERALD, 2004). Também se refere ao conflito entre os grupos locais e os interesses de uma sociedade urbana-industrial-capitalista que pauta o seu desenvolvimento na lógica de uma racionalidade voltada para a produção que objetiva o lucro, a abertura e a satisfação de novos mercados econômicos, sem considerar a complexidade das relações sociais e necessidades próprias do ser humano para além do que a moeda e o câmbio podem satisfazer. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Podemos dizer que os conflitos ambientais surgem das distintas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material e que a base cognitiva para os discursos e as ações dos sujeitos neles envolvidos configura-se de acordo com suas visões sobre a utilização do espaço. [...] como lembra a crítica de Lefêbvre (1991), qualquer planejamento, concepção ou representação do espaço é uma redução da realidade conforme a percepção dos seus idealizadores. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.5)

Diante de uma lógica industrial e de mercado que considera o meio ambiente como fonte primária para satisfação de mercados, distribuindo de forma discriminatória os riscos e danos ambientais, sem considerar a complexidade da vida social existente e dependente destes ambientes, torna-se inviável a efetiva noção de justiça ambiental, entendida - segundo definição do Colóquio Internacional de Justiça Ambiental, presente no Manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental - como aquela em que estão presentes ações que:

a- asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas (...); b- asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país; c - asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais(...); d- favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento. (ACSERALD, 2005, p.230)

Dessa forma, verifica-se com frequência no Brasil a condição de injustiça ambiental, uma vez que os danos provocados pela exploração do meio ambiente são destinados em maior parte para as populações economicamente vulneráveis, para os entes marginalizados, e

às parcelas raciais socialmente discriminadas (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010.) Nesse sentido, ainda que diante de uma lógica dominante que enxerga o meio ambiente como fonte de matéria para satisfação dos interesses capitais de mercados, não se faz referência à possível conexão existente entre os danos ambientais e a situação de injustiça social (ACSERALD, 2004).

Ao contrário, portanto, da perspectiva da modernização ecológica, não haveria como separar os problemas ambientais da forma como se distribui desigualmente o poder sobre os recursos políticos, materiais e simbólicos: formas simultâneas de opressão seriam responsáveis por injustiças ambientais decorrentes da natureza inseparável das opressões de classe, raça e gênero. (ACSERALD, 2004, p.24)

Nesse sentido, a mineração mostra-se uma atividade que desvaloriza a terra, sendo extremamente danosa, poluidora e que aprofunda as desigualdades evidentes no contexto de injustiça ambiental (ACSERALD, 2005). Apesar disso, no imaginário coletivo social, é comum o pensamento de que os danos à população e ao meio ambiente provocados pela mineração são exclusivos ao entorno da mina e sua paisagem, de forma que os impactos existem, mas podem ser facilmente contidos ou revertidos. Noção esta que é construída e utilizada como propaganda pelas empresas de mineração para justificar e sustentar a exploração minerária (MILANEZ, 2017).

Entretanto, o que se verifica na prática é absolutamente o contrário, visto que a mina não é como uma fábrica em que os processos são automatizados e os danos podem ser revertidos, ou consequência apenas de uma má conduta profissional individual. As empresas sustentam esse discurso de que uma boa gestão ambiental é capaz de limitar no tempo e espaço os problemas da mineração e omitem a complexidade dos impactos desta atividade econômica. Mas, o processo minerário em si causa inúmeros problemas, muitos deles irreversíveis e extensos aos territórios além do local da exploração dos minerais (MILANEZ, 2017).

Os impactos socioambientais da mineração não são simples, nem espacialmente limitados, muito menos temporalmente restritos. Na verdade, muitos deles são ecologicamente complexos, espacialmente amplos e, por serem irreversíveis, temporalmente permanentes. Se não identificarmos de forma precisa os diferentes impactos socioambientais das atividades de extração mineral em larga escala e explicitarmos o seu alcance nas dimensões geográfica e temporal, não seremos capazes de criar políticas suficientemente eficazes para conter os danos causados por essa atividade. (MILANEZ, 2017, p.2)

A atividade de mineração por si só é complexa, na medida que exige o uso de uma grande quantidade de maquinário, realocação de muitos funcionários, o uso de muitos recursos naturais e métodos um tanto quanto invasivos, que proporcionam danos permanentes e extensos, modificando a vida e a rotina de muitas comunidades, não só rurais, como também urbanas (MILANEZ, 2017). A principal forma de extração mineral no Brasil é a céu aberto. A instalação da mina começa com o desmatamento da região a ser lavrada e a retirada de todo o solo fértil.

Como esse solo normalmente possui baixo teor de minério, ele é contraditoriamente chamado de “estéril” pelas mineradoras. Esse estéril é, então, acumulado em grandes pilhas. Na maior parte dos projetos de grande escala, em seguida, inicia-se o processo de extração; que envolve cortes em blocos de dimensão padronizada e confere à mina a aparência de um poço dotado de enormes plataformas em degraus. O preparo da escavação é feito a partir da perfuração dos blocos e da infusão de cargas de explosivos. (MILANEZ, 2017, p.2)

Ainda que as empresas do setor minerário conduzam o processo de instalação da mina seguindo normas técnicas e ambientais, a atividade de mineração por si só é um tanto quanto destrutiva, independente da gestão ambiental dessas empresas. Isso, pois, gera conflitos locais com a remoção compulsória de famílias de suas casas para instalação da mina, destrói a economia local que depende da terra e dos pequenos negócios para sobreviver, onera o preço dos aluguéis com a chegada de muitas pessoas de outros locais para trabalhar, portanto, modifica completamente a dinâmica da vida social em que opera (MILANEZ, 2017).

Além disso, os cursos d’água são poluídos, há o uso excessivo da água no processo de mineração e transporte; leva ao rebaixamento de lençóis freáticos e seca de rios e afluentes; provoca modificação permanente da paisagem, com o uso de explosivos, e do clima da região, com o desmatamento; ocorre também a poluição atmosférica com o constante trânsito de máquinas pesadas que lançam ao ar a poeira e os detritos da mineração, afetando diretamente a saúde e bem estar de muitas comunidades próximas e também distantes. Isso, porque, os danos não são espacialmente limitados, causando muitas vezes transtornos além de fronteiras do Estado onde a mina está inserida, como no caso de rompimentos de barragens de rejeitos, o que verificou-se com frequência nos últimos anos no Brasil (MILANEZ, 2017).

Essa condição de disputa por diferentes formas de uso, produção e identificação com os territórios, marcada pela sobreposição de interesses de diversos grupos e agentes, dá origem também a múltiplas formas de conflitos que contribuem para o aprofundamento de

desigualdades (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010). Nessa perspectiva, Andréa Zhouri e Klemens Laschefski abordam uma tipologia dos conflitos a partir de uma classificação dividida em três nomenclaturas: conflitos ambientais espaciais; conflitos ambientais territoriais e conflitos ambientais distributivos. Compreender cada um deles, levando-se em consideração que os diferentes tipos de conflito podem ocorrer simultaneamente, é ampliar as possibilidades de observar com propriedade a dinâmica das relações e disputa de interesses entre diferentes grupos na complexa realidade social, o que possibilita construir caminhos para a sua resolução ou conciliação (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Segundo Zhouri e Laschefski, “conflitos ambientais distributivos são aqueles relacionados à distribuição desigual dos recursos naturais” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.7). Para além do campo discursivo, verifica-se essa condição em locais onde há disputa e dificuldade pelo acesso à água potável por parte de populações carentes, na medida em que empresas dispõem de forma abundante e com facilidade deste recurso.

Já os conflitos ambientais espaciais tratam-se de “conflitos causados por efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais, tais como emissões gasosas, poluição da água, etc” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.7).

Por fim, tem-se os conflitos ambientais territoriais, que devem ser observados a partir de uma perspectiva em que “o território é entendido como patrimônio necessário para a produção e reprodução que garante a sobrevivência da comunidade como um todo” (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.11).

Em princípio, os conflitos ambientais territoriais marcam situações em que existe sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, sobre o mesmo recorte espacial (p.e. área para a implementação de uma hidrelétrica *versus* territorialidades da população afetada). Nesse sentido, os grupos envolvidos apresentam modos distintos de produção dos seus territórios, o que se reflete nas variadas formas de apropriação daquilo que chamamos de natureza naqueles recortes espaciais. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.10)

No caso específico dos municípios de Teixeira e Pedra do Anta (MG) , a instalação da Zona da Mata Mineração S.A., na comunidade São Pedro, em março de 2019, gerou desencontros quanto ao uso da área pelas famílias residentes e pelo novo empreendimento

minerário, um conflito que pode ser classificado como conflito ambiental territorial, na classificação de Zhouri e Laschefski (2010). Isso, pois, há uma evidente disputa por diferentes formas de uso e apropriação de um mesmo espaço. De um lado, uma empresa mineradora que enxerga a região como fonte de matéria prima para extração de um mineral para fins meramente econômicos, e de outro, comunidades que sempre viveram e utilizaram a terra para sobreviver, obtendo dela o sustento econômico, e os sentidos imateriais cultural e social que marcam a identidade e a história de um povo.

Os conflitos ambientais territoriais surgem, então, quando este sistema de apropriação do espaço, com suas conseqüências sociais e ambientais, se choca com os territórios gerados por grupos cujas formas de uso dependem, em alto grau, dos ritmos de regeneração natural do meio utilizado. (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010, p.11)

Entretanto, ainda que diante de inúmeros impactos e danos permanentes, extensos e complexos provocados pela mineração, o que se verifica na prática é a flexibilização das leis que regulamentam a atividade e a ausência de uma fiscalização adequada das ações de empresas do setor minerário, que se aproveitam da condição para lucrar sem responsabilidade socioambiental. Essas práticas são próprias do modelo de desenvolvimento capitalista, que sustenta sua visão de mundo e da natureza em ideologias que justificam suas ações e interpelações, provocando silenciamentos, aprofundando desigualdades e tornando homogêneos os discursos, na defesa de um interesse: o acúmulo de capitais (FREITAS e GAUDIO, 2015).

A sustentação do acúmulo capitalista se deu, na sociedade moderna, a partir de duas ideologias: a “ideologia do progresso” e a “ideologia do desenvolvimento” (FURTADO, 1978). A “ideologia do progresso” visa o controle da sociedade, fomenta a consciência do viver em grupo, mesmo com diferenças de interesses, para evitar o caos e impedir o fim da estabilidade necessária para o progresso capitalista. Já a “ideologia do desenvolvimento” trata-se de um contrato social entre diferentes grupos da sociedade, interdependentes, que busca a todo momento acelerar a produção e a acumulação, ou seja, uma solidariedade internacional em prol do capital (FURTADO, 1978).

Essas ideologias, ainda que tenham sustentado o modelo de produção capitalista em sua origem, experimentaram, na década de 1960, questionamentos e uma crise quanto ao modelo vigente, com grupos de ambientalistas pressionando para mudanças também no

âmbito ecológico dos meios de produção. Nesse sentido, as empresas começaram a adotar em seus discursos e práticas métodos com maior afeição ao meio ambiente, levando em consideração a finitude dos recursos naturais antes desconsiderada, criando uma fantasia da possibilidade de progresso e desenvolvimento do capital, sem deixar de lado a defesa dos recursos e meio ambiente. Nasce, aqui, a “ideologia do desenvolvimento sustentável” (FREITAS e GAUDIO, 2015). Com o propósito de perpetuar uma única visão de mundo como correta, as empresas adotaram o discurso do desenvolvimento sustentável através da

construção de diversos discursos, práticas e argumentos que se caracterizam por possuir formas e mecanismos de interpelação relacionados à (in)sustentabilidade do crescimento econômico atual e pautados nos riscos iminentes de esgotabilidade da natureza que, por sua vez, obscurecem processos históricos que os produziram, bem como as atuais, e desiguais, relações de poder que os sustentam. (FREITAS e GAUDIO, 2015 p.3-4).

Assim, conseguimos compreender o porquê das empresas mineradoras venderem uma boa imagem, ainda que continuem a perpetuar desastres e caos por onde se instalam. O segredo está no discurso, e na fantasia das boas práticas, uma verdadeira prática de alienação social e todo um processo que pretende mascarar a realidade. Dessa forma, “a natureza permanece sendo objetificada, um recurso a ser protegido e conservado para a boa saúde do desenvolvimento capitalista” (FREITAS e GAUDIO, 2015, p.7).

A alienação presente no “mercado verde” não elimina a dominação da natureza, mas articula práticas “sustentáveis”, com a utilização/preservação dos elementos da “natureza natural” do mundo ou mesmo a diminuição dos impactos ecológicos objetivando a extração das rendas e elevação das taxas de lucro, com baixo (para não dizer nulo) desenvolvimento social. Com a IDS, a alienação é estendida, ora retornando a um passado idílico, ora realçando a competência redentora da técnica, com uma cientifização ecológica capaz de solucionar todos os problemas ambientais. (FREITAS e GAUDIO, 2015, p.7)

O Estado tem um papel fundamental ao legitimar e viabilizar todo esse processo, na medida em que tem atuado no sentido de flexibilizar leis e processos de fiscalização ambiental da atuação de empresas mineradoras. Isso só contribui para que os lucros sejam privatizados pelas empresas e as perdas compartilhadas entre sociedade, estado e capital (MILANEZ, 2017).

As estruturas de licenciamento, monitoramento e controle ambiental existentes no país têm sido incapazes de evitar tais

impactos. Esse cenário indica, portanto, a necessidade de mudanças nas instituições relacionadas ao licenciamento e ao monitoramento ambiental de atividades de grande impacto sobre o meio ambiente, como a mineração. Tanto órgãos quanto legislação deveriam estar sendo reforçados, de forma a garantir uma avaliação mais rigorosa e um controle efetivo das atividades de extração mineral. (MILANEZ, 2017, p.6)

Todos esses problemas e silenciamentos podem ser verificados no processo de implantação e operação da Zona da Mata Mineração na região de Teixeira e Pedra do Anta. Como veremos mais adiante, a existência do conflito ambiental territorial, provocado pelas ações da empresa minerária na comunidade São Pedro, no município de Teixeira, atua em descompasso com os interesses dos moradores locais, colocando o lucro e o desenvolvimento como prioridade, e enxerga tal região como um mero espaço ambiental para exploração de magnetita, desconsiderando toda a complexidade da vida social existente e, também, burlando e desrespeitando a legislação ambiental em múltiplas instâncias.

1.1.2. CARACTERÍSTICAS DO CONFLITO

O Movimento pela Soberania Popular na Mineração produziu e lançou, em 2020, um dossiê que relata as violações de direitos com a instalação da mineradora Zona da Mata Mineração S.A no município de Teixeira, situado na Zona da Mata mineira. O material conta com 15 páginas detalhando a origem da empresa e suas ações até o início de suas atividades na comunidade de São Pedro. No dossiê constam documentos oficiais, relatos de moradores e entrevistas com representantes da prefeitura do município. O jornal Brasil de Fato também realizou reportagens especiais sobre o processo. Ao todo foram publicadas quatro reportagens com material textual, fotográfico, sonoro e audiovisual, sendo uma delas videorreportagem. Utilizamos parte desse material como fonte para nossa pesquisa sobre o conflito entre a comunidade e a mineradora.

Os estudos sobre o solo da região da Zona da Mata de Minas Gerais começaram em 2016. O alvará de pesquisa mineral foi emitido em fevereiro do mesmo ano pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), atual Agência Nacional de Mineração (ANM). A liberação abrangia oito municípios da Zona da Mata: Amparo do Serra, Ubá, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, Coimbra, São Geraldo, Visconde do Rio Branco e Teixeira (Figura 1). Atualmente, a mineradora só atua na comunidade de São Pedro, em Teixeira.

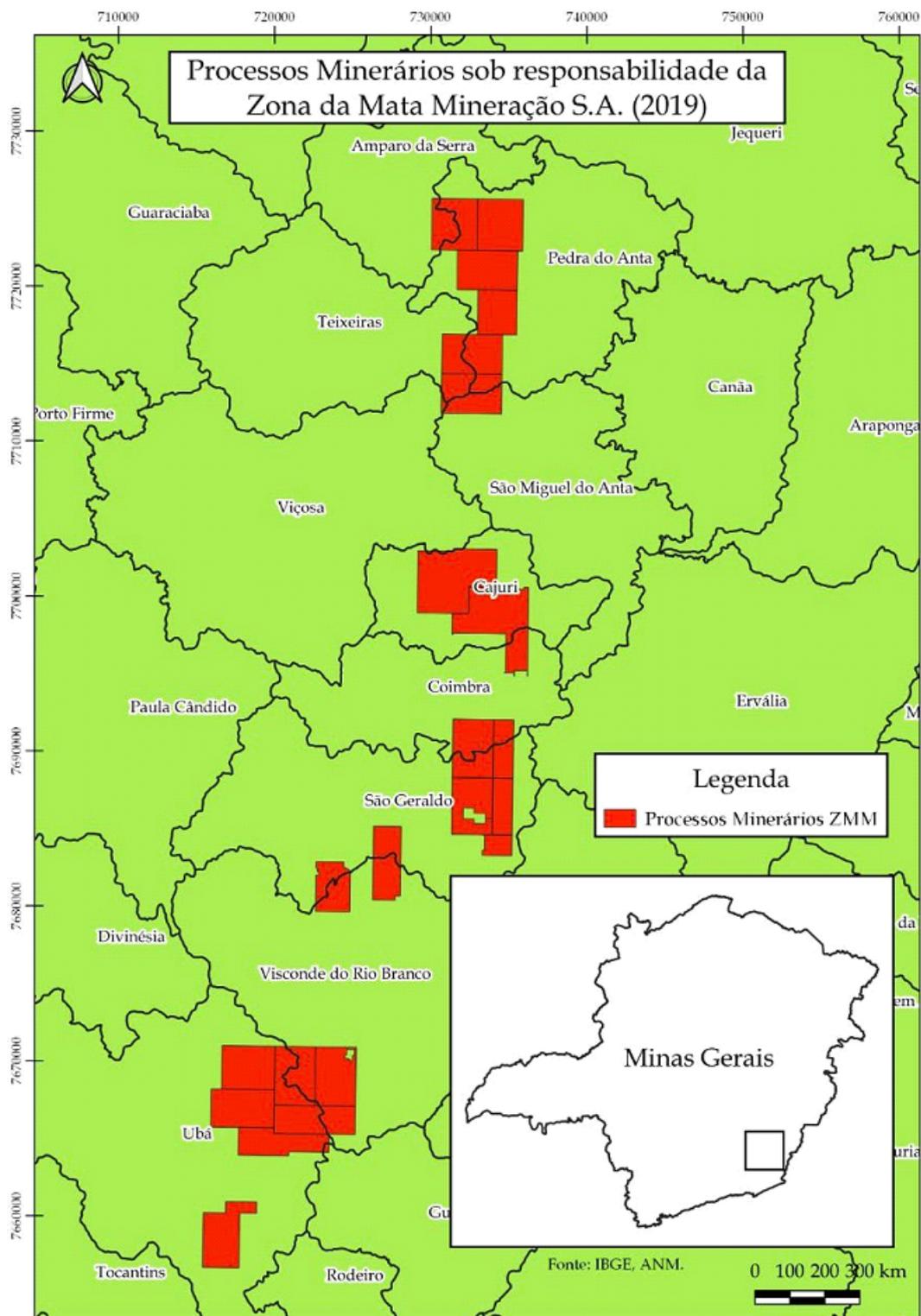


Figura 1: - Processos minerários da ZMM em 2019. Fonte: Dossiê produzido pelo Movimento Pela Soberania Popular na Mineração.

Em junho de 2017, a Zona da Mata Mineração S.A. foi criada. Em outubro, a empresa comunicou ao DNPM a existência da magnetita na área, minério de ferro magnético

de alto valor agregado no mercado da mineração (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2020). Cinco meses depois, a empresa recebeu a aprovação total do direito minerário sobre a área requerida.

Devido aos rumores sobre a instalação de uma mineradora na comunidade de São Pedro, em Teixeira, os moradores se reuniram diversas vezes procurando compreender de que forma essa instalação afetaria o cotidiano deles e quais as possíveis consequências. Os encontros aconteciam na capela localizada na Fazenda da Vidraça, costume religioso antigo dos residentes. O tema principal das discussões era sobre a incerteza da permanência de suas moradias que haviam sido construídas há décadas atrás.

Para que a licença ambiental à ZMM fosse emitida pela Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata (SUPRAM-ZM), situada na cidade de Ubá, a publicação no Diário Oficial do Estado de Minas sobre o processo de licenciamento era obrigatória. Nela constava que os interessados em realizar uma audiência pública deveriam solicitá-la dentro de 45 dias. A população não detinha conhecimento sobre esse procedimento e não formalizou o pedido. No mesmo período, havia na promotoria de Teixeira um abaixo-assinado da comunidade solicitando informações sobre a mineradora. Em audiência com o promotor, a ZMM afirmou que informaria quando pudesse ser solicitada a audiência pública. Até a finalização deste trabalho de conclusão de curso a empresa nunca informou nenhum prazo.

Em julho de 2018, foram realizadas obras de abertura e melhoria das estradas da comunidade que dariam acesso à futura instalação da ZMM. As atividades não poderiam ter sido feitas, pois não havia licença ou autorização ambiental. A comunidade elaborou mais um abaixo-assinado requerendo esclarecimentos junto ao Ministério Público. A prefeitura de Teixeira e a ZMM foram solicitadas a prestarem esclarecimentos e alegaram que as obras eram uma iniciativa da prefeitura e que o material usado, no caso o cascalho, foi doado pela mineradora.

Em novembro do mesmo ano, a comunidade se reuniu para que as informações fornecidas pelo promotor referente ao abaixo-assinado que solicitava esclarecimentos sobre o empreendimento fossem repassadas. Compareceram também, sem que fosse feito um convite, o diretor financeiro da ZMM, Paulo Leite, um advogado, um geólogo e um engenheiro de minas, todos da empresa. Como o encontro não foi reconhecido em ata, as promessas firmadas por eles, como não usarem explosivos e nem passarem com as carretas por dentro da

cidade de Teixeira, não poderiam ser validadas (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2020, p. 4).

Um mês depois, os moradores foram convocados a participar de uma reunião do Programa de Educação Ambiental da Zona da Mata Mineração, um pré-requisito para a obtenção da licença ambiental junto à SUPRAM-ZM. A dinâmica era a montagem de uma árvore com os desejos dos moradores, acerca das questões ambientais para a comunidade, inseridos nas folhas. Eles começaram a realizar perguntas e a empresa, incomodada, encerrou as atividades (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2020, p. 5).

No primeiro trimestre de 2019, a empresa iniciou as suas atividades após a licença ambiental ser emitida, mesmo com a falta de informação e de diálogo com a comunidade, como alegam os moradores. A Figura 2 traz imagens comparativas, de 2018 e 2019, sobre os impactos causados pela ação da mineradora na região. Nenhuma audiência pública foi realizada com as partes interessadas, como está estabelecido no Código de Meio Ambiente de Teixeira, Lei nº 1733/2017, em que empreendimentos com Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) devem ser apresentados à população. Nele são detalhados os prejuízos ambientais e sociais previstos com o empreendimento, como o número de nascentes e de famílias que podem ser afetadas. A lei também prevê a discussão da instalação de empresas pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA). Nenhum desses encaminhamentos foi realizado na época e o executivo municipal de Teixeira alegou a conformidade com as leis do município, dando prosseguimento à instalação da Zona da Mata Mineração.

Diante das evidências, a comunidade realizou diversas denúncias sobre a situação nas câmaras municipais de Teixeira e Pedra do Anta. Em Pedra do Anta não houve ações concretas, mas o legislativo de Teixeira propôs uma reunião entre o Executivo, o Legislativo e a comunidade buscando esclarecer como estavam as negociações. A reunião aconteceu no dia 19 de março de 2019, somente com a presença do secretário de Assuntos Jurídicos da prefeitura, Eduardo Lopes, demonstrando pouco conhecimento sobre o empreendimento que estava se instalando no município (MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR NA MINERAÇÃO, 2020, p. 6).

LINHA DO TEMPO

A MINERAÇÃO EM TEIXEIRAS/PEDRA DO ANTA



Figura 2: - O início da mineração na comunidade São Pedro, em Teixeira, em 2018, e as consequências da mineração, em 2019. Fonte: Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

Em abril de 2019, cerca de 200 moradores de Teixeira e de mais 10 municípios vizinhos participaram da Assembleia Popular da Mineração, realizada no Centro Comunitário de Teixeira. O encontro abordou o projeto da empresa Zona da Mata Mineração de minerar em outras cidades, além de Teixeira. Discutiram também sobre os reais impactos e quais seriam as iniciativas para que fossem resolvidos, além de não reconhecerem a existência de cerca de cinquenta famílias residentes como atingidas. A empresa tem a licença ambiental para minerar até 2029, mas o seu projeto contempla mais 10 anos (DOTTA, 2019).

A Comissão Regional de Enfrentamento da Mineração de Magnetita conseguiu, em agosto de 2019, em decisão judicial, uma liminar que determinava que a mineradora Zona da Mata Mineração paralisasse suas atividades. Um dos argumentos acatados pela Comarca de Teixeira foi o fato de a empresa não ter realizado nenhuma audiência pública antes de iniciar as operações. Reivindicação que a comunidade já havia feito anteriormente.



Figura 3: - Após um ano de mineração, é possível verificar os impactos causados nos arredores da comunidade São Pedro, em Teixeiras. Fonte: Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

A mineradora não teria informado a existência de nascentes e cursos d'água e seus conflitos de uso no estudo de impacto ambiental, não alegou a existência de impactos, como a abertura de estradas cortando a comunidade e muito próximas às propriedades rurais (Figura 3), não apresentou ações para repará-los, e também não informou que a mineração impactará a cultura e convivência das famílias do entorno do empreendimento (DOTTA, 2019). A Zona da Mata Mineração recorreu em segunda instância e ganhou o direito de continuar suas atividades. A empresa não chegou a paralisar suas atividades, pois elaborou o recurso antes mesmo de ser comunicada sobre a interrupção das ações.

Nos depoimentos prestados pela comunidade, os moradores relatam que a empresa não cumpriu com as promessas iniciais, de realizar um trabalho em conjunto e estabelecer uma parceria com os moradores. Segundo o dossiê do MAM, só há negociação com os

proprietários das terras mineradas, os beneficiários, como a empresa os chama. Entretanto, a comunidade ressalta que os impactos na região, nas pessoas e nas relações são para todos. Eles esperam por uma compensação social, econômica e ambiental que deve ser estabelecida em coletivo, o que até o momento não aconteceu.

Atualmente, a comunidade reivindica a anulação da licença ambiental e cobra um novo processo de licenciamento minerário, sendo dessa vez fiscalizada pelos órgãos competentes. A Zona da Mata Mineração nega violar os direitos civis e os procedimentos legais da sua instalação na localidade.



Figura 4: - Cava da mineração de magnetita da ZMM, em São Pedro, Teixeira, em 2020. Fonte: Material concedido pela Marlene Fialho.

1.2. UMA ABORDAGEM JORNALÍSTICA DO CONFLITO

O jornalismo e os jornalistas têm a função essencial de adotarem, em suas práticas e rotinas profissionais, ações que não contribuam para perpetuar silenciamentos e violência contra os inúmeros grupos sociais marginalizados pelos interesses de empresas e do capital, muitas vezes sob a tutela do Estado. Ao realizarem a apuração, o contato, a entrevista, edição, escrita, gravação, produção e divulgação de qualquer material jornalístico, jornalistas não podem enxergar pessoas como simples fontes para o trabalho, mas devem observar e respeitar todos e todas com autonomia, identidade e histórias de vida dentro de uma realidade social complexa, ampliando suas vozes e o espaço digno e de direito para contarem suas próprias experiências.

Nesse sentido, o jornalismo humanitário, conceito que começou a se desenvolver ao final da Segunda Guerra Mundial, adota as práticas e princípios pautados na compreensão para “construir um jornalismo capaz de reduzir o sofrimento humano e, sobretudo, impedir que ele se dê em silêncio e na opacidade” (VICTOR, 2019, p.1). Histórias de vidas não podem ser renegadas ao esquecimento e à normalidade da vida cotidiana, não se quisermos produzir um jornalismo com empatia e que busque formar uma opinião pública exigente quanto a políticas públicas que reduzam ou cessem o sofrimento das populações vulneráveis (VICTOR, 2019).

Onde há violação dos direitos humanos, o jornalismo deveria estar presente. Mas como furar critérios de noticiabilidade histórica e culturalmente ainda preservados em boa parte da imprensa ocidental? Se nem todo fato ou acontecimento é uma notícia, a mesma lógica parece ser adotada ao falar sobre o sofrimento humano, uma vez que nem todas as dores do mundo são noticiadas. (VICTOR, 2019, p.4)

Para tanto, é preciso levar em consideração, antes de tudo, que as comunidades mais vulneráveis, sobretudo de países emergentes, estão mais suscetíveis aos riscos e danos provocados por desastres socioambientais, tal como as catástrofes provenientes das atividades de mineração. Há, portanto, uma iniquidade na distribuição dos riscos e danos que deve ser considerada também por quem conta histórias, como os jornalistas. Ampliar a voz dessas pessoas, oferecer a elas condições de mostrarem ao mundo suas realidades, a partir da força comunicativa do jornalismo, é um caminho necessário para mudar a situação de vulnerabilidade que enfrentam cotidianamente.

Os desastres não são naturais, são construções sociais, violações dos direitos humanos e resultado da soma da magnitude de um evento com a vulnerabilidade de sua fonte receptora. As perdas humanas decorrentes de desastres não podem cair na rotina da normalidade porque elas não são pontuais, elas são frequentes, cotidianas, ainda que distantes dos centros que decidem quem será visto e quem será esquecido(...) A complexidade do problema exige um exercício de compreensão da realidade, no qual nós jornalistas devemos nos colocar como um dos protagonistas. (VICTOR, 2019, p.7)

É preciso, então, adotar a perspectiva humana dos fatos a partir de quem sofre e colocar a humanidade em primeiro plano. “Para as sociedades exigirem a humanidade em primeiro plano e pressionarem seus governos para fazerem o mesmo, elas precisam ter informação e lucidez para compreender o mundo que habitam” (VICTOR, 2019, p.7). Cabe aos jornalistas, na perspectiva do jornalismo humanitário, participarem da construção desse

processo, fomentarem o caminho da informação e narração dos fatos. Mas, como fazer isso, uma vez que não há sequer uma definição de jornalismo humanitário, e este, por sua vez, também não é uma editoria do jornalismo? É preciso observar as práticas. Práticas de uma cobertura jornalística humanitária (VICTOR, 2019).

No jornalismo, algo que acontece com muita frequência pode cair na banalidade. À medida que o sofrimento humano se prolonga, ele passa a ser tratado midiaticamente como algo normal, naturalmente aceitável. Algumas importantes iniciativas, no entanto, sugerem impedir ou reduzir a omissão do jornalismo nesses cenários e driblar os valores-notícia. Esses são os casos dos coletivos de jornalismo humanitário, formatados e alinhados à era do jornalismo pós-industrial. (VICTOR, 2019, p.9)

Cilene Victor (2019) cita o trabalho de dois coletivos de jornalismo que adotaram práticas de cobertura jornalística humanitária. A agência de notícias *Integrated Regional Information Networks (IRIN)*, que segundo a autora, “é uma das mais importantes referências na produção e disseminação de notícias humanitárias” (VICTOR, 2019, p.9), com mais de 200 profissionais da comunicação e com divulgação em mais de 70 países. Cilene também faz referência ao coletivo de Jornalismo e Redução de Riscos de Desastres (JRRD) que criou em parceria com outros profissionais, cujo propósito a ser alcançado, ressalta a autora, é que:

No futuro próximo, poderemos celebrar a chegada de jornalistas atentos à cobertura de desastres como violações dos direitos humanos, evitando, inclusive, que seu trabalho contribua para perpetuar essa violação, como ocorre em notícias que expõem e espetacularizam o sofrimento das vítimas de um desastre, seja durante as operações de resgate de sobreviventes e retirada de corpos de um deslizamento, por exemplo, seja durante o enterro dessas vítimas, momento em que a dor dos familiares e amigos deve ser preservada. (VICTOR, 2019, p.10)

As práticas desses coletivos citados pela autora Cilene Victor e de outros, tais como o *Jornal A Sirene* e do *Observatório da Mineração* são importantes trabalhos que merecem destaque, pois realizam a divulgação das vozes das pessoas vulneráveis aos crimes e desastres ambientais, principalmente os que envolvem a mineração. O *Jornal A Sirene* é publicado desde fevereiro de 2016, e os próprios atingidos produzem e contam as suas histórias sobre os efeitos da tragédia na vida das famílias, pelo rompimento da barragem do Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana, Minas Gerais. O *Observatório da Mineração*, fundado em 2015 pelo jornalista Maurício Angelo, atua na investigação jornalística sobre a mineração, violação de direitos socioambientais, o lobby e as relações que envolvem o setor minerário.

Os coletivos mencionados atuam na vertente de um jornalismo humanitário, no sentido da compreensão. Escutar e narrar ao mundo a realidade dos vulneráveis, sem explorar com sensacionalismo o sofrimento, garantindo que seja respeitada a dignidade da pessoa humana, com as vítimas das violências provocadas pelos desastres como protagonistas de suas histórias, de modo que elas possam ditar os limites da atuação dos jornalistas, que devem sim se colocar na realidade dos fatos que narram, para não perpetuar silenciamentos e omitir a dor com a normalidade da vida cotidiana.

Quem eu quero ser para o mundo, o mundo como a nossa casa. O mundo sobre o qual vou escrever como jornalista é aquele do qual eu também faço parte. Preciso compreender que a crise humanitária sobre a qual tenho narrado também é resultado da minha própria existência, e eu faço parte dessa crise, portanto. (VICTOR, 2019, p.10)

Entretanto, o contexto não é favorável ao desenvolvimento de um jornalismo preocupado com aspectos sociais e o meio ambiente, visto que o discurso da sustentabilidade é deturpado no âmbito capital e político, legitimando posturas e ações negligentes com o propósito de gerar imagem positiva para empresas e governos. Para reverter este cenário, o jornalismo deve contribuir com informação de qualidade e comunicação efetiva que superem lógicas e interesses dominantes voltados tão somente para suprir vertentes econômicas, mesmo que para tal tenham que fazer o uso deturpado de conceitos tão somente para justificar seus interesses. Como acontece no mau uso da ideia de desenvolvimento sustentável. (BUENO, 2012).

O conceito de desenvolvimento sustentável explicitado em 1987 pelo Relatório Brundtland, sob a responsabilidade da Comissão Mundial do Meio Ambiente, instituída pela Assembleia Geral das Nações Unidas, está completando 25 anos. (...) Na verdade, como o Relatório à época de sua publicação associou ao conceito uma noção bastante ampla - *“desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”* – abriu brechas para interpretações diversas, que, sobretudo, se respaldam nos significados dos termos principais da expressão: desenvolvimento e sustentável. (BUENO, 2012, p.2)

Dessa forma, sob uma perspectiva fundada somente em interesses do capital, empresas passaram a difundir uma acepção deturpada do conceito de desenvolvimento, que se confundia com a ideia de acumulação de capital e crescimento econômico. O mesmo se aplica ao princípio da sustentabilidade, contaminado pela visão que privilegia o lucro em

detrimento de qualquer outro aspecto social ou ambiental, ainda que mascarados por discursos e propagandas institucionais (BUENO, 2012).

Recorrentemente, empresas e governos que se proclamam sustentáveis afrontam os direitos humanos, assumem posturas autoritárias ou inclusive se postam frontalmente contra o conceito implícito no Relatório Brundtland a que nos referimos. Este é o caso das mineradoras que avançam gananciosamente sobre os recursos naturais e das agroquímicas que, de maneira dramática, impactam o ar, o solo e a água e, por extensão, a qualidade de vida e a saúde humana. (BUENO, 2012, p.3)

Em sentido oposto a tais práticas, uma comunicação e jornalismo voltados para a sustentabilidade e o meio ambiente devem, antes de tudo, ter uma base sólida em conceitos apropriados para poder contribuir efetivamente com os debates em torno de questões ambientais e mudar a lógica dominante que determina as ações na relação entre mercado, sociedade e meio ambiente. Nesse sentido, no âmbito da atuação profissional jornalística, é preciso incorporar uma perspectiva de ação, com o propósito de mobilizar, expor, conscientizar e informar sobre práticas, conceitos, direitos e deveres (BUENO, 2012).

A comunicação, vista sob uma perspectiva ampla, tem um papel importante a desempenhar no processo de conscientização e de mobilização para a sustentabilidade, ou seja, ela precisa ser assumida como emancipatória ou libertária. (...) A autêntica comunicação para a sustentabilidade descarta a lógica reducionista que, plasmada em ciências e disciplinas tradicionais e em processos que legitimam relações de poder espúrias, estabelece privilégios para pessoas, grupos ou empresas que se apropriaram, por diversos motivos, do conhecimento técnico e das formas de controle para subjugar culturas e seres humanos. (BUENO, 2012, p.9-10)

É preciso considerar, por exemplo, que muitas pessoas sequer saibam a distinção entre o que é fauna e flora, e que tantos outros seres humanos, ao pensarem sobre o tema meio ambiente, imaginam algo externo à sua própria existência. Nesse contexto de desinformação, como poderiam então questionar abusos e crimes cometidos por mineradoras? Essa homogeneização inclusive do pensamento, que apaga a diversidade e provoca silenciamentos, é o que as empresas querem para continuarem explorando e destruindo a biodiversidade e lucrando muito alto, aprofundando desigualdades e crises socioambientais.

Dessa forma, cabe ao jornalismo propor uma comunicação independente dessa visão com vistas a conscientizar e mobilizar os indivíduos para a sustentabilidade frente aos interesses devastadores do capital. (BUENO, 2012).

Ademais, a comunicação da (e para a) sustentabilidade, que assume o compromisso com os princípios da justiça social, equidade e liberdade, deve promover a conscientização humana para as consequências do consumo desenfreado e irresponsável dos recursos naturais e matéria prima do planeta e, ainda, alertar para os riscos do aprofundamento das desigualdades sociais. Sendo assim, deve informar sobre e ressaltar os direitos das minorias e marginalizados, fomentar o respeito à diversidade dos povos, culturas e tradições e a sua importância para o planeta em que vivemos (BUENO, 2012).

A sustentabilidade deve ser pensada como eixo norteador das condutas individuais e organizacionais e estar respaldada por uma ética planetária que privilegia o interesse coletivo em lugar de olhares contaminados pela ganância econômico-financeira ou pelo compromisso com interesses políticos mesquinhos. (BUENO, 2012, p.13)

Por fim, a comunicação sustentável não pode temer denunciar desvios e abusos, deve atuar com coragem e determinação para expor a conduta dos indivíduos e corporações que cometem crimes, sempre empenhada no propósito de sustentar a transparência, a solidariedade e a harmonia, sem deixar de questionar, informar e conscientizar. Uma comunicação que se consolida, portanto, “numa perspectiva que contempla a sustentabilidade em sua integridade, não fragmentada pela busca de resultados imediatos, com o objetivo único de reduzir custos ou de plasmar uma imagem positiva” (BUENO, 2012, p.13).

A comunicação para a sustentabilidade implica, necessariamente, no compromisso dos diversos protagonistas (jornalistas, educadores, comunicadores empresariais, organizações do Terceiro Setor etc) com um mundo mais justo, que não tolera a manutenção das desigualdades e repudia a hipocrisia. (...) Ao mesmo tempo, deve incorporar novos atores no processo de tomada de decisões, abrindo espaço para um debate mais amplo e que não esteja viciado pela presença ostensiva e autoritária daqueles que historicamente têm se beneficiado deste modelo e que insistem em manter o status quo. (BUENO, 2012, p.14)

Como jornalista, assumir esta postura de uma comunicação sustentável é trabalhar para difundir informação de qualidade, com o propósito de sustentar a democracia, defender a diversidade, proteger minorias e trabalhar para romper com a estrutura vigente de circulação de informações que induz ao erro e à homogeneização de pensamento que apaga a diversidade e silencia os interesses de diferentes povos e culturas. Tudo isto sob a tutela de governos que atuam para defender somente os interesses de empresas privadas, que

sustentam seus projetos econômicos com o rótulo de desenvolvimento sustentável, mas que impedem o simples debate e a troca de experiências e expectativas entre as comunidades, distorcendo, inclusive, direitos e garantias socioambientais constitucionais (BUENO, 2012).

1.2.1. PODCAST

Abordar sobre a inovação na comunicação no século atual está estritamente relacionada com a internet e com a migração que os meios de comunicação tradicionais fizeram para o ambiente online. Assim como os outros meios, o rádio precisou se adaptar e inovar no novo cenário (BONIXE, 2020).

O desafio que se coloca à rádio é, pois, no sentido de adaptar os conteúdos aos novos sistemas de distribuição, produção e consumo procurando combinar “a retransmissão ao vivo por antena e pela rede, a gestão do consumo assíncrono (rádio sob demanda e/ou *podcast*), a presença na rede (*web* e redes sociais) e a oferta de aplicativos para dispositivos móveis” (ESTEBAN&ALAEJOS, 2017 p.42 apud BONIXE, 2020, p. 158).

O rádio, deste século, além da sua presença no espaço hertziano, atualmente se encontra nas plataformas digitais, transmitida em *streaming* através dos sites e dos dispositivos móveis, e com o auxílio das redes sociais (BONIXE, 2020). Se o rádio buscava uma maneira de rejuvenescer o seu público, encontrou nesse novo formato, o podcast, uma fonte de possibilidades (VIANA, 2020).

Segundo Kischinhevsky, Lopez e Benzecry (2020), o podcasting não envolveria transmissão no tempo presente, nem em fluxo contínuo, ele possui certa proximidade com a fonografia, e começa a configurar um novo meio de comunicação digital. Ainda de acordo com os autores, uma outra forma advogaria a “ampliação do entendimento do rádio para além das emissões eletromagnéticas, abarcando ou se aproximando de novas manifestações sonoras associadas à internet” (FERRARETTO, 2007 apud KISCHINHEVSKY, LOPEZ e BENZECRY, 2020).

O podcasting, radiofonia sob demanda e assíncrona, possibilita que o usuário baixe e/ou reproduza o arquivo sonoro quando desejar, podendo estar nos computadores, tablets, smartphones e outros aparelhos eletrônicos. Este campo de comunicação engrossa o tráfego na internet, incentivando uma nova lógica de consumo de conteúdos radiofônicos, sendo

compartilhados nas redes sociais, o que atualmente potencializa a circulação dos programas e episódios, o que Kischinhevsky, Lopez e Benzecry (2020), chama de rádio expandido.

O podcasting (...) facilitaria a distribuição de conteúdos radiofônicos produzidos de forma caseira, graças à popularização de kits multimídia domésticos e softwares de edição de áudio gratuitos. Inicialmente, os podcasts eram, na maioria, sequências de músicas da predileção do internauta ou monólogos que faziam as vezes de áudio blogs. Mas, rapidamente, os programas/episódios passaram a se sofisticar, mesclando locuções, efeitos sonoros, trilha, emulando o que era veiculado em ondas hertzianas ou mesmo introduzindo formatos inovadores (KISCHINHEVSKY, LOPEZ E BENZECRY, 2020, p.6).

A produção, a execução, a edição e a publicação de um programa de podcast atualmente é facilitado pelos milhares de conteúdos gratuitos disponíveis na internet. Por meio de tutoriais, aplicativos e programas, um indivíduo consegue disponibilizar nas plataformas de *streaming* o seu programa de podcast. Existem diversos formatos utilizados e o podcast permite que o produtor expanda a sua criatividade, já que as redes sociais conectam diversos nichos de ouvintes.

Diante do que já foi apresentado anteriormente, a escolha do podcast para construir o nosso produto e abordar o conflito socioambiental, anteriormente descrito, sob a ótica da justiça ambiental, do jornalismo humanitário e permitir que as partes afetadas possam falar sobre a história, foi o mais adequado e viável para o momento pandêmico em que estamos vivendo. O produto irá atingir mais pessoas pela facilidade de compartilhamento, já que será compartilhado nos grupos de Whatsapp dos membros da comunidade e do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM). Em função disso, chegamos ao suporte *podcast* para propor a criação do “Cadê o meu lugar?”. Para identificar o formato a ser utilizado no produto, realizamos uma pesquisa sobre quais os formatos mais utilizados no Brasil e estudamos qual comportaria melhor a nossa proposta.

A Associação Brasileira de Podcasts (ABPod) realizou em 2019 uma pesquisa sobre os formatos de *podcasts* que o público mais reproduziu. Foram analisados 1.079 podcasts categorizados pelos sete formatos principais, onde o mais consumido é o formato roda de conversa (Tabela 1).

Tabela 1- Os formatos mais reproduzidos de podcasts em 2019

FORMATOS	CONSUMO DO OUVINTE
Roda de conversa	55,3%
Monólogos	19,2%
Debate	9,7%
Entrevistas	7,8%
Documentário	5,5%
Storytelling	1,9%

Fonte: ABPod, 2019

Dentre os formatos, o menos utilizado é o *storytelling*. Apesar disso, Viana (2020) afirma que o uso do *storytelling* não é novo quando se pretende contar histórias e construir narrativas. O recurso busca contemplar as dimensões cognitivas do ser, rompendo com as estratégias enraizadas de priorizar o produto ao invés do consumidor. Constitui, portanto, uma técnica para narrar fatos como se fossem histórias e atua na

[...] estruturação de pensamento e de um formato de organização e difusão de narrativas, por suportes impressos, audiovisual ou presencial, com base nas experiências de vida próprias ou absorvidas de um interagente – ou ainda por relatos ficcionais, derivando daí relatos envolventes e memoráveis (COGO, 2012, p. 135 apud VIANA, 2020, p. 289).

As produções jornalísticas narrativas ainda são poucas, o mais usual é o jornalismo convencional. E para entender a principal diferença entre o jornalismo convencional e o literário, Viana (2020) explica que enquanto o primeiro tem como principal objetivo informar seu público, o segundo procura despertar as sensações no ouvinte, por meio das cores, dos sons e dos cheiros.

Dessa forma, o *storytelling* usado no jornalismo traz as características da humanização de narrativas e dos personagens, encadeando os fatos voltados para o envolvimento do contar histórias, junto à transmissão da informação. Como parte de sua estrutura, o lead muitas vezes é substituído pela descrição da cena (VIANA, 2020).

Para produzir sentido, uma história deve apresentar um conflito em seu enredo. De acordo com Cunha e Mantello (2014, p. 59 apud VIANA, 2020), “essa estrutura é formada

por um tema, aquilo de que se fala; um argumento, os acontecimentos; a trama, que é a estrutura propriamente dita; e sentido, a verdade transmitida”.

1.2.2. FORMATO

A escolha do *storytelling* para criar o *podcast* “Cadê o meu lugar?” tem como base dois produtos disponibilizados nas plataformas digitais. Um deles é o “Cava: mineração em debate”, que surgiu no contexto da pandemia da Covid-19. Os grupos que integram a Rede Pesquisa Rio Doce (CDRH/UFJF-GV, GEPSA/UFOP, Homa/UFJF, Organon/UFES e PoEMAS/UFJF-UFF) discutem, nesse *podcast*, como “o distanciamento social poderia dificultar a mobilização, a organização e a luta por direitos das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão e por projetos de extração mineral em geral”. Até o momento, foram lançados dez episódios com cerca de quinze minutos cada.

O *podcast* tem o formato de uma roda de conversa com apresentadores fixos e convidados, sejam eles especialistas ou atingidos. Por propor um formato rápido e objetivo, o “Cava” não apresenta efeitos sonoros e a participação das fontes acontece uma ou duas vezes apenas. A condução do enredo fica a cargo da apresentadora central e os demais conduzem as entrevistas. No episódio 5, “Mineração e saúde: Os riscos à saúde humana pela convivência com os rejeitos da mineração”, uma moradora de Tumiritinga, médio Rio Doce, por exemplo, conta sobre a situação do rio ao redor da sua casa, além da fala de uma especialista sobre os impactos dos rejeitos à saúde da população.

O segundo modelo de *podcast* é o “Vozes”, da Rádio CBN. O *podcast* apresenta em cada episódio um tema central, contando as histórias dos personagens em cerca de uma hora de material. Caracterizado pelo jornalismo literário, o produto busca envolver o ouvinte pela apresentadora, como uma contadora de histórias, costurando a narrativa também pelas falas dos personagens e dos efeitos sonoros.

O “Vozes” apresenta um episódio com essa característica de jornalismo literário, somente com as participações dos personagens, de quem vivenciou ou vivencia a temática abordada. Posteriormente, publica outro episódio com assunto derivado do mais recente. Neste, os especialistas dialogam como uma mesa redonda, com duração média de uma hora também.

O produto final deste trabalho de conclusão de curso, podcast “Cadê o meu lugar?: a chegada da Zona da Mata Mineração em Teixeira, Minas Gerais”, tem como referências ambas produções e busca atingir os ouvintes pela narrativa jornalística e humanitária. Utilizando o modelo de estruturação do *podcast* “Cava”, para abordar o tema mineração, e do, “Vozes”, para conduzir a história e as fontes.

2. ROTEIRO DO TRABALHO

2.1. CADÊ O MEU LUGAR?

A história que o podcast “Cadê o meu lugar?: a chegada da Zona da Mata Mineração em Teixeira, Minas Gerais” narra parte da visão dos moradores e envolvidos com a comunidade São Pedro, em Teixeira, para ressaltar os conflitos e desdobramentos da atividade de extração de magnetita na região. Utilizamos quatro fontes que acompanharam a instalação da Zona da Mata Mineração, responsável pelo empreendimento minerário, para participar do produto sonoro. O nosso público alvo é principalmente a comunidade de Teixeira e cidades próximas que lidam com os impactos do escoamento da mineração.

Marlene Fialho e Flávia Medina, são moradoras da comunidade que acompanharam a chegada e o processo de instalação da mineradora. Elas convivem diariamente com os impactos e conflitos provocados pela ZMM. No mesmo sentido, Gilmar Freitas, geógrafo e ex-coordenador paroquial da comunidade São Pedro, faz parte da comissão de enfrentamento à mineração, além de trazer conhecimentos técnicos sobre as características da atividade minerária na região. Por isso, essas três fontes foram escolhidas para representar a comunidade. Por fim, temos Jean Carlos, membro e liderança do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM) na Zona da Mata. Ele obteve informações do conflito existente e junto com as demais fontes formaram a comissão de enfrentamento à mineração na comunidade de São Pedro. O *podcast* conta com apenas um episódio de 21 minutos, conduzido por dois narradores e com as entrevistas das fontes.

Este episódio tem três blocos: antes da instalação da ZMM, a chegada da empresa e a atualidade, diante da pandemia da Covid-19 e as entrelinhas dos conflitos entre mineradora, população local e poder público. Intercalamos a fala dos entrevistados aos conceitos descritos anteriormente neste trabalho de forma subjetiva na fala dos locutores. As entrevistas foram feitas através de áudios enviados pelo *whatsapp*, ferramenta de contato mais utilizada durante toda a produção deste trabalho.

Inclusive, a produção, locução e a edição foi realizada pelos nossos celulares, devido ao imprevistos ocorridos com os nossos computadores e a dificuldade de utilizarmos os laboratórios do curso em virtude dos desdobramentos da pandemia. Utilizamos o aplicativo de celular *Bandlab*, disponível para *download* e uso gratuito. Com recursos similares a programas de edição em computadores, o aplicativo foi peça fundamental para a concretização do *podcast*. O material após a sua finalização, será divulgado via *Whatsapp* para que a comunidade São Pedro e a região tenham acesso ao material produzido, e também nas redes sociais do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM).

2.2. PAUTA ESTENDIDA

O podcast busca principalmente contar a história, ainda não veiculada no município, do conflito minerário com a ZMM. A produção se destina a qualquer ouvinte, dentre eles, os moradores da comunidade São Pedro e região.

1º terço do episódio:

A especulação dos moradores sobre a chegada da ZMM ao município. Quais eram as incertezas e questionamentos dos moradores para com as atividades minerárias da empresa. Além disso, os entrevistados ressaltam a omissão de informações e o fato de não terem sido consultados antes do início das atividades do empreendimento.

Justificativa:

Neste bloco, buscamos compreender, através dos depoimentos das fontes, quais foram os impactos causados na comunidade desde o primeiro momento da chegada da empresa minerária e, também, na rotina da comunidade. Para estruturar as falas dos locutores utilizamos como base o autor Bruno Milanez (2017), de modo a conduzir os diálogos com as fontes a respeito das características e os impactos das atividades minerárias de modo geral. O propósito foi apresentar as eventuais dúvidas dos moradores sobre a atividade de mineração.

Fontes:

Gilmar Fialho (coordenador paroquial da comunidade): fala sobre as pesquisas realizadas pela empresa, a falta de participação da comunidade, quais os impactos da mineração na rotina e como os moradores receberam a notícia da chegada da mineradora.

Flávia Medina (moradora da comunidade): relata a ausência de uma consulta pública sobre o empreendimento e o fato de a empresa não ter esclarecido muitas dúvidas aos moradores.

Marlene Fialho (também moradora da comunidade): informa que a comunidade não tem conhecimento do que se tratava a mineração, fala sobre a movimentação de pessoas diferentes, que, começou a ser intensa na comunidade e a decisão de procurar entender do que se tratava.

2º terço do episódio:

Na segunda parte, o episódio retrata como foi a instalação da mineradora nas terras teixeirenses.

Justificativa:

Queremos saber quais foram as principais mudanças na vida dos residentes da comunidade a partir do estabelecimento da atividade minerária em 2018 até o ano de 2020. O fundamental é compreender os múltiplos conflitos existentes entre a Zona da Mata Mineração (ZMM) e a comunidade de São Pedro, em Teixeira. Pensamos esta etapa do *podcast* a partir das ideias dos autores Andréa Zhouri e Klemens Laschefski (2010) que discutem as questões que envolvem a mineração e os conflitos provocados por ela.

Fontes:

Jean Carlos (membro do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração -MAM); faz uma descrição da mineradora e suas características, o conflito de interesses entre os moradores e a empresa, quais as etapas para obtenção de licença de exploração, e o fato da ZMM não ter cumprido com as leis municipais.

Marlene Fialho (moradora da comunidade): fala sobre a mudança do cotidiano, quais são os principais receios com relação a mineradora e o fato de a empresa não ter cumprido com as promessas feitas antes do início das atividades.

Flavia Medina (moradora da comunidade): quais as alterações na paisagem, os conflitos entre os próprios moradores provocados pela mineração e a preocupação com o bem estar da comunidade.

3º terço do episódio:

O último terço finaliza o episódio apresentando a repercussão midiática sobre protestos dos moradores contra a mineração na região e a continuidade das atividades da empresa mesmo no cenário da pandemia.

Justificativa:

Exposta a dinâmica do processo de instalação da atividade minerária na região, os conflitos existentes e características do processo de mineração, pretendemos agora abordar os anseios da população diante da atividade minerária da região, considerando principalmente o contexto de pandemia do novo coronavírus. Pretendíamos trazer o posicionamento da empresa ZMM para apresentar o outro lado dos fatos. Entretanto, isso não foi possível, pois a empresa não nos respondeu. Segue algumas das perguntas abaixo:

- Como surgiu o interesse pela mineração na região de Teixeiras?
- Quem financiou o processo de estudo de solo na região?
- Quais procedimentos legais a empresa seguiu para dar início a mineração na região?
- Quais licenças a empresa possui para minerar na região?
- Como se deu o processo de diálogo com a população para informar os interesses minerários e as atividades da ZMM na região?
- A empresa atua em outros países?
- Existem acionistas de outros países na empresa?
- Houve alguma adaptação da empresa para prevenir e evitar a contaminação por parte dos trabalhadores da empresa?
- O que muda com a pandemia durante os processos de mineração?
- Qual a previsão de conclusão de mineração na região?

Para auxiliar na narrativa, recorreremos ao conceito do jornalismo humanitário, desenvolvido por Cilene Victor (2019), de modo a refletir sobre como abordar o tema sem deixar de contar a história na perspectiva das pessoas atingidas pelos impactos da mineração.

Fontes:

Marlene Fialho (moradora): fala sobre a continuidade da atividade minerária diante da pandemia e sua opinião sobre o que representa a mineração.

Jean Carlos (membro do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração -MAM): os desafios e a importância de continuar prestando assistência aos moradores no contexto da pandemia e as denúncias sobre continuidade das atividades e violação de direitos por parte da empresa ZMM.

A partir dessas perspectivas, pretendemos justificar o ponto de vista dos moradores e movimentos sociais sobre o conflito, envolvendo os conceitos abordados no trabalho. Entendendo a dinâmica das atividades de mineração, extremamente danosas e predatórias do ambiente em que se instalam, pautadas pela lógica da acumulação do capital e iniquidade dos riscos e danos da atividade minerária, optamos por dar maior publicidade no *podcast* aos depoimentos da parte mais frágil do conflito estabelecido em Teixeira, com vistas às práticas de um jornalismo humanitário, isso pois, ampliar a fala dessas pessoas, oferecer a elas condições de mostrarem ao mundo suas realidades, a partir da força comunicativa do jornalismo, é um caminho necessário para mudar a situação de vulnerabilidade que enfrentam cotidianamente.

2.3. RELATÓRIO DE PRODUÇÃO

Quando decidimos abordar sobre a mineração em uma cidade que ainda desconhecia os efeitos e os impactos da atividade no cotidiano da população, sabíamos que iríamos encontrar diversas dificuldades. No início, pensamos em realizar uma imersão de campo, estando mais próximos do conflito para poder relatar de perto as dificuldades e as mudanças na comunidade São Pedro. Com as informações reunidas, iríamos elaborar uma reportagem multimídia, com fotos, vídeos e entrevistas.

No mês em que começaria a produção deste trabalho, a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou emergência mundial em decorrência da Covid-19. Nos mantivemos em quarentena por meses, cada um em uma cidade, dificultando a condução do Trabalho de Conclusão de Curso na proposta inicial. Optamos então por nos reunirmos através de vídeo chamadas e alterar o produto final, se tornando um *podcast*.

Do ano passado até a finalização deste memorial, tivemos diversas alterações no decorrer da produção: redução das fontes, dificuldade do contato, além de problemas e

perdas familiares. Diante de uma realidade atípica, conduzimos da melhor forma que conseguimos.

Durante esses quase dois anos, mantivemos contato frequente com Marlene Fialho, moradora da comunidade São Pedro. Sendo uma porta voz dos residentes que se opõem ao empreendimento, ela nos forneceu as informações base para a construção do produto. Foi por meio dela que conhecemos o Gilmar Freitas, ex-coordenador paroquial da localidade, ressaltando em sua entrevista que percebeu a movimentação diferente na área e começaram a especular de que forma teriam suas vidas afetadas. Assim como relata Flávia Medina, também moradora e conhecida da Marlene, tudo ocorreu sem que os residentes soubessem do que se tratava a intensa movimentação na comunidade.

A comunidade contou com o apoio de Jean Carlos Martins, membro do Movimento Pela Soberania Popular na Mineração (MAM), que iniciou a sua participação na discussão após a instalação da empresa. O MAM produziu um dossiê contendo todas as informações sobre a mineradora e suas irregularidades desde a sua criação até o ano de 2020. O documento foi peça importante para a sustentação deste trabalho.

Com esse grupo de quatro fontes, produzimos e finalizamos o *podcast* com uma apuração de quase dois anos. De forma remota em sua maioria, reunimos todos os dados que estão contidos no episódio final.

2.4. ROTEIRO

Cadê o meu lugar?	
BG - <i>Música épica de suspenso</i> 0'00" - 0'10"	Cadê o meu lugar?
Marlene 1 0'00"-0'36" BG - <i>Música épica de suspenso</i>	A mineração é uma atividade totalmente desconhecida para todos da comunidade do São Pedro, acredito que seja assim para todos do município de Teixeira, visto que tudo é novidade para nós. Todo o conhecimento que temos é por meio das mídias sociais, jornalismo, principalmente após o desastre de Brumadinho e Mariana, que teve

	<p>uma proporção muito grande. Foi nesse momento que acho que tanto o município quanto a comunidade do São Pedro que teve um conhecimento maior.</p>
Sobe som	
<p>Locutor Thaynara BG - Wolf Moon- Unicorn Heards</p>	<p>O programa Cadê o meu lugar?, produto realizado na disciplina de TCC II da Universidade Federal de Ouro Preto, abordará a chegada da Zona da Mata Mineração na comunidade de São Pedro em Teixeiras, cidade localizada próximo a Viçosa. Eu sou Thaynara Carolino, e comigo nesse episódio está Rafael Santos.</p>
Sobe som	
<p>Locutor Rafael BG - Wolf Moon- Unicorn Heards</p>	<p>Para entender o conflito entre a mineradora e a comunidade, entrevistamos as moradoras Marlene Fialho, que abriu este episódio, e Flavia Medina; o ex-coordenador paroquial da comunidade, Gilmar Freitas, e o representante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, o MAM, Jean Carlos Martins. As mudanças e os impactos da atividade minerária atingem diretamente os moradores desde 2017 e se estendem até os dias atuais. Gilmar Freitas nos conta como foi o processo de pesquisa da empresa na comunidade antes da mineração começar e os desdobramentos dessas ações.</p>
Sobe som	
<p>Gilmar 0'22" - 2'30"</p>	<p>No ano de 2017, nós da comunidade pudemos</p>

	<p>perceber a presença de algumas pessoas diferentes, fazendo sondagens e pesquisas na comunidade sobre uma possível existência de jazidas de ferro na comunidade. Até então nunca tínhamos ouvido falar sobre alguma informação sobre isso. Então começaram as pesquisas, algumas autorizações para as famílias para que fizessem determinadas pesquisas e análises no terreno. Foi descoberto que essa mina de magnetita, com uma extensão gigante mas com pontos localizados. A escolha da comunidade está muito atrelada por conta do afloramento das rochas, que estavam muito visíveis em uma profundidade menor. Então, a partir de 2017 e 2018, começa uma conversa da mineradora com os moradores da comunidade e também o processo de pesquisas que serviam para o licenciamento ambiental. Dentro desse contexto, foi muito pouco o processo participativo. A comunidade ficou sabendo de poucas coisas. As tratativas da empresa eram dentro das casas da família, questões bem individuais. Dentro do nosso trabalho de comunidade, começamos a conversar sobre alguns impactos que a mineração poderia trazer. Foi quando discutimos sobre algumas famílias terem de abandonar suas casas.</p>
Sobe som	
<p>Locutor Rafael BG - Wolf Moon- Unicorn Heard's</p>	<p>Os moradores ressaltam a ausência de um diálogo da empresa com a comunidade durante as pesquisas de campo e até mesmo no início da mineração de magnetita no ano de 2018. Relatam que não houve</p>

	participação na discussão sobre a instalação do empreendimento na região. As moradoras Marlene Fialho e Flávia Medina narram, a seguir, que em nenhum momento foram consultadas sobre a exploração da área.
Sobe som	
Marlene 2 1'14" - 1'30"	Na comunidade do São Pedro, nós ficamos sabendo do projeto de mineração para o local praticamente quando já estavam instalados. Percebemos pessoas diferentes, movimentação diferente na comunidade. Foi aí que procuramos nos inteirar da situação.
Flavia 1 0'00" - 0'07"	Não teve audiência pública, não esclareceu a comunidade o que estava acontecendo, tudo as escondidas.
Sobe som	
Locutor Thaynara BG - Nine Lines - Unicorn Heard	Com muitas dúvidas sobre a movimentação atípica na região, os moradores não souberam de forma oficial sobre a chegada da Zona da Mata Mineração na comunidade. Jean Carlos, do MAM, nos ajuda, a seguir, a entender melhor sobre as características da empresa ZMM, e o fato de só essa empresa deter uma grande quantidade de direitos minerários na região. A saber, direitos minerários são direitos de se pesquisar os recursos minerais e explorar o mineral encontrado em determinada área, desde que o empreendimento atenda aos requisitos técnicos, jurídicos e econômicos previstos em lei. Escute agora o entrevistado.

<p>Jean 1 0'01" – 1'23"</p>	<p>Bom, Thaynara, primeiro é preciso dizer que a Zona da Mata Mineração é uma empresa nova, foi criada em junho de 2017. É uma empresa de pequeno a médio porte, e esse é o primeiro projeto dela de extração mineral. Ela detém os direitos minerários de um tipo de minério de ferro chamado magnetita, um minério de ferro magnético, usado como base para produção de imãs. E ela, esses direitos minerários, cada direito é uma área equivalente a mais ou menos 1.000 hectares, ela detém 22 direitos minerários na região da Zona da Mata. Pegando dos municípios de Amparo do Serra, passando por Teixeiras, Pedra do Anta, São Miguel do Anta, Cajurí, Coimbra, São Geraldo, Visconde do Rio Branco e Ubá. Ela já iniciou a exploração, uma exploração chamada experimental, uma lavra experimental, na comunidade de São Pedro. Esse é o panorama maior da ZMM e seu projeto.</p>
<p>Sobe som</p>	
<p>Locutor Thaynara BG - Nine Lines - Unicorn Heard</p>	<p>Após Jean nos contar sobre o projeto do empreendimento minerário, ele questiona a postura da empresa na negociação de contratos com os moradores no ano de 2019. Isso porque, os acordos de exploração se referem aos terrenos de algumas famílias apenas, mas ignoram o fato dos impactos serem coletivos. Além disso, ele também critica a omissão de informações e o conflito de interesses na condução das negociações por parte da empresa.</p>
<p>Jean 2 0'01"- 1'10"</p>	<p>Em relação ao início das negociações, também foi</p>

	<p>um processo de violação de direitos tremendo Thaynara. Porque, veja só, o advogado que representou a empresa é o mesmo advogado que representou algumas das famílias que fizeram o contrato com a empresa. Ou seja, o advogado representou as duas partes ao mesmo tempo, quando os interesses são conflitantes. Você tem ali uma mineradora que quer pagar pouco e uma família que quer receber muito. Como pode um mesmo advogado representar as duas partes? Esse é um exemplo, esse é só um exemplo. Mas eu já citei a questão do diálogo, não houve diálogo com a comunidade, houve negociação individual com três produtores. Foram quatro contratos fechados com três produtores.</p>
Sobe som	
<p>Locutor Rafael BG - Nine Lines - Unicorn Heard's</p>	<p>Por se tratar de uma atividade extremamente complexa e invasiva, antes de se iniciar o processo minerário as empresas precisam cumprir etapas legais e de longo prazo. Reuniões constantes com a comunidade para o esclarecimento do projeto e de eventuais dúvidas, obtenção de licenças, estudos de impacto ambiental e propostas para redução de danos são algumas das obrigações que as mineradoras devem cumprir. Entretanto, isso não aconteceu e o que a empresa fez, de fato, foi burlar a lei para explorar 600 mil toneladas de magnetita por ano como se estivesse fazendo uma pesquisa, a chamada lavra experimental. Mas, na verdade, como Jean explica, essa já é a quantidade real que a</p>

	<p>empresa pretende explorar em sua totalidade, por isso, o processo deveria ser outro.</p>
Sobe som	
<p>Jean 3 0'10" -1'26"</p>	<p>Cumprir a lei e ser legal são coisas diferentes. Hoje, a nossa legislação, tanto o código mineral, quanto a lei de licenciamento ambiental de Minas Gerais, têm muitas brechas. De forma que as mineradoras conseguem se aproveitar dessas brechas sem deixar de ser um processo legal, que é o caso da ZMM, por exemplo. A ZMM ela conseguiu um artifício junto a Agência Nacional de Mineração que é chamado de Lavra Experimental. Então ela não tem a concessão de Lavra, mas ela já minera. Porque, porque segundo a Agência Nacional de Mineração, com a Lavra Experimental, ela consegue uma guia de utilização que estabelece uma capacidade de produção de minério específica, limitada, no caso da ZMM são 600 mil toneladas/ano, ela não pode passar disso. Com essa guia de utilização ela consegue retirar esse tanto de minério como processo de pesquisa.</p>
<p>Jean 4 1'52" - 2'01"</p>	<p>O grande problema é que essa quantidade já é a mineração que ela pretende. Então, assim, na prática ela teria que ter a concessão de lavra.</p>
<p>Locutor Rafael BG - Nine Lines - Unicorn Heard's</p>	<p>Jean ressalta também que a empresa de mineração não cumpriu com as exigências legais do município onde está inserida. Além de não esclarecer pontos importantes do projeto para a população.</p>

<p>Jean 5 2'53" - 4'03"</p>	<p>Além disso, há uma lei municipal em Teixeira, que obrigava esse empreendimento a realizar uma audiência pública, para apresentar o seu projeto e os impactos que ele causaria para a população. Ela não cumpriu essa lei. Então a gente fala assim que é uma mineração ilegal desde o seu nascedouro. Porque hoje a população não sabe quanto deve receber em termos de orçamento público; os agricultores que fizeram contrato não sabem o que é direito deles e o que não é; o contrato com os produtores traz de forma vaga que a empresa tem que realizar a recuperação ambiental ao final do projeto, mas não estabelece o que é a recuperação ambiental, só usa esse termo. Ela pode ir lá e fazer uma maquiagem e ir embora. Ela não devolveria as áreas com a mesma capacidade produtiva de antes, por exemplo, isso não é estabelecido em contrato.</p>
<p>Sobe som</p>	
<p>Locutor Thaynara BG - Nine Lines - Unicorn Heard</p>	<p>Mesmo com as irregularidades apontadas, a atividade de extração da magnetita pela mineradora teve início no ano de 2019. Verificamos nos depoimentos de quem sofre com os impactos da mineração da ZMM que a atuação da empresa mudou por completo a dinâmica da vida social na comunidade São Pedro e também afetou toda a região. Provocando conflitos que tiram a paz dos moradores.</p>
<p>Sobe som</p>	

<p>Marlene 3 1'30" – 3'06"</p>	<p>E após a chegada da ZMM, tudo mudou, toda a paisagem foi mudada. Um impacto visual indescritível. A rotina foi abalada e hoje já não existe mais nenhuma rotina coletiva dos moradores. Antes nós tínhamos um trabalho social religioso, onde a comunidade se encontrava em grandes eventos religiosos, uma tradição de décadas. Havia encontros quinzenalmente numa capela da comunidade para orações coletivas e hoje isso já não existe mais. Porque atualmente há muitas divergências entre muitos moradores devido ao trabalho intenso da empresa de individualizar famílias da comunidade. Com isso gera diferenças e acentuadas opiniões em relação a atuação da empresa. Tivemos muitas mudanças também em relação às estradas da comunidade que foram alteradas para atender a mineradora. Fomos obrigados a nos adaptar a essas estradas. Temos também restrições, que são os cercos, impedimento de passagem por alguns minutos para que possa ocorrer as detonações de explosivos. Essas detonações estremecem as estruturas das casas, causando medo nas pessoas que estão dentro de suas residências, pois elas tremem a ponto de termos a sensação de que a casa vai cair.</p>
<p>Sobe som</p>	
<p>Jean 6 0'01" – 0'49"</p>	<p>Bom, em relação aos conflitos, são vários, alguns deles já elencamos aqui. Existe o conflito com os próprios agricultores que fizeram os contratos, os superficiários, que não estão recebendo a</p>

<p>Jean 7 1'27" – 1'41"</p>	<p>participação na lavra, estão recebendo somente o arrendamento. Existe o conflito com toda a comunidade, o todo da comunidade, porque os impactos coletivos estão presentes e a empresa os nega, está fechada para essa negociação com a comunidade. E a comunidade está lá, sendo vizinha de uma mineradora, morando praticamente dentro da planta da mineradora. Porque você tem famílias lá residindo a 200 metros da cava.</p> <p>Um quinto conflito seria esse das carretas, que a gente já disse que inclusive extrapola os municípios minerados. Engloba vários municípios na rota de escoamento desse minério.</p>
<p>Sobe som</p>	
<p>Flávia 2 0'02" – 0'09"</p> <p>Flávia 3 0'01"- 0'15"</p> <p>Flávia 4 0'01" - 0'08"</p> <p>Flávia 5 0'01"- 0'07"</p>	<p>Barulho intenso, trânsito, poeira, pessoas diferentes, preocupações diferentes.</p> <p>Na paisagem, muita destruição. Nos cursos de água vejo a poluição, assoreamento e também a desvalorização dos imóveis, desvalorizaram muito.</p> <p>Muito desconforto, e a mineradora fazendo um trabalho colocando os proprietários um contra o outro.</p> <p>Uma destruição à natureza, à comunidade, à sonhos, inclusive famílias.</p>

Sobe som	
Locutor Rafael BG - Outlaws Farewell part 1	A insatisfação da população já saturada com o fluxo intenso de carretas, poeira e barulho motivou manifestações no início de 2021, que repercutiram na mídia. Mas, Jean lembra que o espaço de fala da empresa é sempre maior daquele concedido para a comunidade.
Jean 8 0'00" -1'38"	A repercussão em todos os jornais impressos, regionais e TVs, várias atividades como já citei, assembleia populares foram duas, tivemos audiências públicas. Fizemos várias denúncias com vídeos e fotos que repercutiram. As populações de piranga, viçosa e Teixeiras mantiveram bloqueios dessas carretas de minério que atravessam a cidade causando impactos tremendo. Isso tudo também já foi veiculado na mídia. A questão que a gente coloca, a cobertura da mídia de forma geral, é tendenciosa para a mineradora. Ela tende a passar uma visão da mineradora, porque ela financia anúncios nesses jornais, principalmente em jornais impressos e rádios. E acaba que esses meios de comunicação não mantêm o interesse de contrapor a empresa. Eles acabam colocando um parágrafo da nossa ação e colocam o restante de uma página inteira da empresa. Do quanto ela está gerando empregos, do quanto ela está preocupada com o meio ambiente. Aquele discurso bonito no papel, mas na prática não se concretiza.
Sobe som	

<p>Locutor Rafael BG - Outlaws Farewell part 1</p>	<p>A comunidade de São Pedro, desde 2018, enfrenta muitos problemas causados pelos impactos da mineração da empresa ZMM. Nesse sentido, cabe a nós ressaltar o difícil contexto que enfrentamos atualmente. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, no dia 11 de março de 2020, emergência mundial em virtude da pandemia do novo coronavírus, que modificou a dinâmica de toda a vida social do planeta. Não foi diferente para os moradores de Teixeira, que além de todos os transtornos e incertezas diante da pandemia, também precisaram lidar com a continuidade das atividades de mineração nesse cenário.</p>
<p>Marlene 4 3'34" - 4'14"</p>	<p>A poeira, a lama, os explosivos, o cerco e também o barulho excessivo de máquinas e caminhões que tirou da comunidade o direito de dormir, de descansar. Todas essas perturbações ocorreram e continuam ocorrendo no período de pandemia. Não houve nenhuma alteração na empresa com a pandemia.</p>
<p>Sobe som</p>	
<p>Locutor Rafael BG - Outlaws Farewell part 1</p>	<p>Mesmo diante do difícil contexto em que vivemos, a comissão de enfrentamento à mineração do MAM continuou a sua assistência aos moradores na luta contra a violação de direitos.</p>
<p>Jean 9 0'00" - 1'21"</p>	<p>Nós estamos seguindo na atuação, mesmo nesse momento de pandemia. Claro que seguindo todas as recomendações da OMS e, inclusive do Estado em relação às ondas roxa, vermelha e amarela. Em</p>

	<p>momentos de onda roxa a gente acaba tendo que agir quase que estritamente de modo virtual e por ligações, mas nas ondas vermelha e amarela a gente retoma as visitas às famílias. Estamos conversando, mas temos um protocolo próprio de proteção também, para que a gente não se contamine e não contamine as famílias que estão sendo assistidas pelo movimento. Então, a gente tem feito isso porque a empresa continua atuando, a empresa está visitando essas famílias, a empresa está tentando negociar com essas famílias contratos muito violentos, esses contratos que ela está propondo. Propostas que seguem nessa mesma linha de violação de direitos. Então, se a gente não conseguir seguir dando essa assistência para as famílias, esse processo de violação de direitos ainda vai se agravar muito mais.</p>
<p>Locutor Rafael BG - Outlaws Farewell part 1</p>	<p>A mineração mostra ser uma atividade extremamente complexa e danosa, como vimos nos relatos dos moradores atingidos pelos impactos da atividade da Zona da Mata Mineração. Esses problemas permanecem e foram ampliados no período da pandemia. Ainda assim, a cobertura da mídia se mostra pouco ampla para a dimensão do conflito apresentado.</p>
<p>Sobe som</p>	
<p>Locutor Thaynara BG - Outlaws Farewell part 1</p>	<p>Até o encerramento da produção deste programa, não obtivemos resposta da empresa Zona da Mata Mineração sobre os problemas apontados.</p>

Sobe som	
Marlene 5 4'18" - 4'45" BG - Wolf Moon- Unicorn Heard's	A mineração é um projeto que visa unicamente o lucro exorbitante de poucos e todos os demais resultados dessa atividade benéfica ou não, é mero e consequência desse objetivo. Muitos sofrem para benefícios de poucos. Em relação à mineração, ainda vivemos na época da colonização, nada mudou, por isso a mineração não é bem vinda.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mineração é uma atividade que gera lucros aos grandes empresários e sufoca a população que reside nas proximidades dos empreendimentos minerários. Com a comunidade São Pedro, em Teixeira, Minas Gerais, essa realidade não foi diferente. A tranquilidade de uma vida afastada dos centros urbanos se transformou em caos quando a exploração de magnetita começou em 2019, como relatam os moradores.

Para retratar essa situação, o trabalho utilizou o *podcast* como ferramenta de divulgação do conflito abordado. Ao longo de vinte minutos, o programa narra como o conflito foi gerado e os seus desdobramentos. Amplificar a voz dos moradores para mostrar os efeitos da atividade na rotina de quem tem como vizinho uma planta minerária foi a nossa intenção.

4. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In. ACSELRAD, Henri (Org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Heinrich Böll, p. 13-35, 2004.

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental: Narrativas de resistência ao risco social**. In: Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: MMA, 2005.

ANGELO, Maurício. **Observatório da Mineração**, 2015. Página inicial. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/>>. Acesso em 25 ago 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PODCASTS. **PodPesquisa 2019-2020**. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/14fyrRYmz1QSOCI5DeEhssLQL376EbEUu/view>. Acesso em 16 de mai 2021.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo – SP: Mojoara Editorial, 2007. Comunicação e Sustentabilidade: aproximações e rupturas. **Revista Razon y Palabra**. Cidade do México, n. 79, maio/julho.2012. Disponível em < http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/05_Costa_M79.pdf> Acesso em: 5 set 2020.

BONIXE, Luís. **Jornalismo radiofônico e inovação – uma análise à cobertura de acontecimentos mediáticos**. Artigo do livro *Inovação nos Media e Indústrias Criativas Limítrofes*, v.20, n.36, p.153-169, 2020. Disponível em <https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_36_8>. Acesso em: 5 nov 2020.

CAVA: mineração em debate. Disponível em <<https://anchor.fm/cavacast0>> . Acesso em: 20 fev 2020.

DOTTA, Rafaella. **Videoreportagem mostra a mineração de magnetita na Zona da Mata (MG)**. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/09/19/video-reportagem-mostra-a-mineracao-de-magnetita-na-zona-da-mata-mg>>. Acesso em: 14 nov 2020.

DOTTA, Rafaella. **Comunidades conseguem liminar para paralisar mineração em Teixeira (MG)**. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/08/22/comunidades-conseguem-liminar-para-paralisar-mineracao-em-teixeiras-mg>> . Acesso em: 14 nov 2020.

DOTTA, Rafaella. **Teixeiras: mais uma comunidade na mira da mineração em Minas Gerais**. Disponível em: <<https://www.brasildefatomg.com.br/2019/04/16/teixeiras-mais-uma-comunidade-na-mira-da-mineracao>> . Acesso em: 14 nov 2020.

GAUDIO, Rogata S. D.; FREITAS, Eliano de S. M.; Pereira, Doralice B. **Desenvolvimento sustentável e ideologia: interpelações**. São Paulo, *Revista Lutas Sociais*, vol.19 n.35, pp.98-111, 2015. Disponível em <<https://revistas.pucsp.br/index.php/lis/article/view/26681>> Acesso em: 3 set 2020.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

JORNAL A SIRENE. **Jornal A Sirene: A voz dos atingidos pela barragem**, 2016. Página Inicial. Disponível em: <<https://jornalasirene.com.br/>>. Acesso em: 25 ago 2021.

KISCHINHEVSKY, Marcelo; LOPEZ, Debora Cristina; BENZECRY, Lena. Podcasting tensiona categorizações e ganha, enfim, destaque como objeto de estudos. *Radio-fonias — Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG*, v. 11, n. 01, p. 06 - 12, jan./abr. 2020.

MILANEZ, Bruno. **Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação**. Boletim Regional, Urbano e Ambiental (IPEA),p. 93-101. 2017. Disponível em <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7916>> Acesso em: 5 de set 2020.

MOVIMENTO PELA SOBERANIA POPULAR. **Violação de direitos no processo de instalação da empresa zona da mata mineração nos municípios de Teixeira e Pedra do Anta - Minas Gerais**. Minas Gerais, 2020.

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Como produzir um podcast.** Minas Gerais, 2020. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1_Gs1O_GEsHnOVVYoZLkIRkDcRlanDYNW/view. Acesso em 16 mai 2021.

VIANA, Luana. **O uso do storytelling no radiojornalismo narrativo: um debate inicial sobre podcasting.** Revista Rumores, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 286-305, jan.2020/jun.2020. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/Rumores/issue/view/11557> . Acesso em: 10 nov 2020.

VICTOR, Cilene. **A opacidade do sofrimento humano decorrente de desastres sob a perspectiva do jornalismo humanitário.** Folios, revista de la Facultad de Comunicaciones, n. 40, p. 97-109, 2019. Disponível em <https://revistas.udea.edu.co/index.php/folios/article/view/338479> > Acesso em: 6 set 2020.

VOZES: Histórias e Reflexões. Disponível em: <https://audioglobo.globo.com/cbn/podcast/feed/580/vozes-historias-e-reflexoes> . Acesso em: 20. Fev. 2020.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Conflitos ambientais.** Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais – GESTA/UFMG, 2010. Disponível em https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/ZHOURI_LASCHEFSKI_-_Conflitos_Ambientais.pdf.> Acesso em 6 set 2020.